

Governo acredita que reempréstimo causa corrupção

BRASÍLIA — O Governo não aceitará a inclusão, nas negociações com os bancos internacionais, de uma cláusula que permita aos credores estrangeiros reemprestarem (*relending*) em cruzeiros às empresas brasileiras o mesmo dinheiro que já haviam emprestado em dólares ao Banco Central, por considerar que esta operação é uma fonte de corrupção. A explicação foi dada ontem por um assessor do Palácio do Planalto.

Esta operação de repasse dos créditos externos já refinanciados remunera duplamente os bancos estrangeiros, pois estes combram novas comissões de cinco a seis por cento por um dinheiro sobre o qual já incidiram as taxas de riscos (*spreads*) e administrativas, por ocasião do desembolso da quantia em dólares para o Banco Central.

A fonte explicou que os bancos podem escolher os tomadores nacionais e, devido à atual restrição ao crédito no País, têm maior poder de barganha para cobrar comissões que são proibidas pelo Governo brasileiro. No caso das estatais, que não têm permissão para pagar essas comissões, os empreiteiros e fornecedores de equipamentos tomam o empréstimo e repassam ao serviço que executam para as empresas públicas o custo adicional das comissões pagas aos bancos.

O sistema de *relending* está previsto no acordo plurianual negociado com os bancos credores pelo ex-Presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore, em fevereiro último.